



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

**A ATUAÇÃO DE MARIA THEREZA DE ANDRADE BRAGA HAYNES
NA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO
DISTRITO FEDERAL
(1986-1988)**

LEOMARA OLIVEIRA SILVA

BRASÍLIA
2017

Leomara Oliveira Silva

**A Atuação de Maria Thereza de Andrade Braga Haynes
na Presidência do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal
(1986-1988)**

Monografia apresentada ao Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do grau de licenciado em História.

Orientadora: Profa. Dra. Susane Rodrigues de Oliveira.

Brasília
2017

RESUMO

Esta monografia apresenta como tema de estudo a atuação da magistrada Maria Thereza de Andrade Braga Haynes, a primeira e única mulher a presidir dois importantes tribunais da cidade de Brasília: o Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal (TRE-DF, 1986-1989) e o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT, 1988-1990). Embora a magistrada tenha tido uma participação relevante nos dois tribunais, o foco desse estudo recai sobre sua atuação no TRE-DF entre os anos de 1986 e 1988, já que sua colaboração nessa instituição aconteceu em um momento de grandes mudanças políticas, sociais e eleitorais no Brasil. Neste trabalho, elegemos como fontes de pesquisa as publicações em jornais e revistas de época que tinham como tema o processo eleitoral de 1986 e a atuação da magistrada no comando da corte eleitoral brasiliense.

Palavras-chave: Maria Thereza de Andrade Braga Haynes. Eleições de 1986. Justiça Eleitoral. Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Ex-presidentes do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal – TRE-DF

Quadro 2 – Ex-presidentes do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios – TJDF

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

Des.	Desembargador(a)
TJDFT	Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios
TRE-DF	Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal
TREMG	Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	7
2. DAS INSTITUIÇÕES JURÍDICAS DE ATUAÇÃO DE MARIA THEREZA DE ANDRADE BRAGA HAYNES.....	14
2.1. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios	17
2.2. Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal	20
3. DA PRESIDÊNCIA DE MARIA THEREZA NO TRE-DF	22
3.1. Notícias da eleição para presidente da instituição	22
3.2. A eleição de 1986.....	25
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	28
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	29

1. INTRODUÇÃO

Embora, atualmente, não sejam incomuns publicações, cursos e núcleos de pesquisa com interesses na pluralidade e diversidade de sujeitos históricos, nem sempre foi assim. Alguns sujeitos precisaram lutar por sua inclusão na historiografia: negros, indígenas e mulheres são alguns dos exemplos de grupos que buscaram, e ainda buscam, inserção ou ressignificação nos conhecimentos produzidos na Academia.

A Nova História, desde a primeira metade do século XX, abriu essa possibilidade para a inserção de novos sujeitos na historiografia, a partir da consideração de novas fontes, objetos e abordagens nos estudos históricos. Bloch (2002, p. 54) relaciona o ofício do historiador ao de um ogro que fareja restos. Essa metáfora significa que a história deve passar a considerar os mais diversos vestígios humanos, já que, segundo o próprio historiador,

Por trás dos grandes vestígios sensíveis da paisagem, [os artefatos ou as máquinas,] por trás dos escritos aparentemente mais insípidos e as instituições aparentemente mais desligadas daqueles que as criaram, são os homens que a história quer capturar. Quem não conseguir isso será apenas, no máximo, um serviçal da erudição. Já o bom historiador se parece com o ogro da lenda. Onde fareja carne humana, sabe que ali está a sua caça. (BLOCH, 2002, p. 54).

Com essa nova forma de se escrever academicamente, foi possível o surgimento de novas narrativas que, impulsionadas também por movimentos sociais possibilitaram a inclusão de novos sujeitos nas histórias produzidas na Academia. No entanto, é graças aos movimentos feministas dos anos 1960 e suas ressonâncias na academia que as mulheres vêm ganhando paulatinamente visibilidade na historiografia como sujeitos e objetos de conhecimento.

Segundo Perrot (1995), as primeiras gerações da *Escola dos Annales* se importavam mais com planos econômicos e sociais. Neste sentido, a História Social privilegiava muito mais os estudos das ações coletivas, deixando de lado os relatos biográficos e as ações individuais que não correspondessem ao coletivo. A História Social parece mais interessada nos levantes coletivos motivados pelo preço do pão e as condições de trabalho nas fábricas, do que com o indivíduo e o modo como ele poderia se adequar (ou não) às imagens, normas,

comportamentos e regras que definiam determinadas categorias e grupos sociais. Quando o paradigma da história total-estrutural começou a ser questionado, durante os anos 1970, observamos um processo de revalorização da biografia, a partir de uma tendência de revalorização dos atores sociais, sejam eles individuais ou coletivos. Como bem observou Borges (2005), com as mudanças nas formas de se escrever a história, derivadas das crises dos grandes paradigmas (marxismo e estruturalismo),

Percebem-se reações contra conceitos totalizantes como “classe” e “mentalidades”, contra categorias predeterminadas (como “revolução”) e um favorecimento da experiência. Próximo a isso, surgiu o interesse pelos “excluídos” ou os “vencidos” da história, como as ditas minorias sociológicas (negros, mulheres, homossexuais). (BORGES, 2005, p. 210).

O ator social já não podia mais ser reduzido a um dado ou a uma variável que servisse para demonstrar afirmações generalizantes sobre o comportamento da sociedade. A partir disso, o estudo de personagens singulares já não servia mais para justificar interpretações estruturais e, assim, ganhava importância pela “anomalia” que poderia significar. Esse destaque às subjetividades vem promovendo uma valorização de histórias individuais e familiares. Nesse processo, como bem observou Perrot (1995, p. 15), somente a partir dos anos 1970, é que a inclusão do protagonismo histórico das mulheres passou a ser operada na historiografia, na época da chamada terceira geração dos *Annales*.

Nesse processo, além da abertura para novos temas, alguns historiadores passaram a dar importância à vida privada, como Phillipe Aries e George Duby. Ainda segundo Perrot (1995), os trabalhos sobre a vida privada foram importantes para a inclusão das mulheres em estudos acadêmicos, mas o fato de se estudar a vida privada não garantia que as mulheres seriam consideradas sujeitos históricos significativos, já que,

[...] pode-se tratar de família e vida privada sem abordar frontalmente a questão das mulheres enquanto sujeitos da história. Aqueles que o faziam se situavam um pouco à margem do ambiente universitário: penso, por exemplo, nas biografias que Edith Thomas (arquivista, militante e mulher de esquerda) consagrou a Pauline Roland e a Louise Michel. (PERROT, 1995, p. 16).

As mudanças nos paradigmas da escrita da história e as lutas políticas das mulheres se encontraram também na Academia. A inclusão das mulheres enquanto objetos de estudos em monografias, trabalhos, seminários foi uma conquista que acompanhou a trajetória dos

movimentos feministas. A historiadora Joana Maria Pedro (2005, p. 83) considera que os trabalhos sobre mulheres nasceram da insatisfação com a falta de visibilidade destas na historiografia até então produzida. Os debates fomentados sobre gênero, como o da historiadora Joan Scott (1995) no seu famoso artigo “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”, de 1995, também foram de extrema importância para a problematização de uma historiografia androcêntrica que excluía ou inferiorizava as mulheres. Esse modelo de escrita da história passou a ser amplamente contestado pelas historiadoras feministas. Segundo Rago (1998), o projeto feminista de transformação da cultura passava também pela crítica aos modos de produção de conhecimentos ainda centrados no sujeito masculino, branco, heterossexual e cristão. Além dos problemas próprios de pensar a história como ciência, os feminismos trouxeram também para a história uma nova demanda: a de repensar a forma como a escrita da história deve se adequar às exigências do método científico e ainda assim incluir sujeitos anteriormente esquecidos. Para além da inclusão das mulheres na historiografia, também foi preciso repensar a epistemologia da história. Ainda de acordo com Rago (1998, p. 3),

O feminismo não apenas tem produzido uma crítica contundente ao modo dominante de produção do conhecimento científico, como também propõe um modo alternativo de operação e articulação nesta esfera. Além disso, se consideramos que as mulheres trazem uma experiência histórica e cultural diferenciada da masculina, ao menos até o presente, uma experiência que vários já classificaram como das margens, da construção miúda, da gestão, do detalhe, que se expressa na busca de uma nova linguagem, ou na produção de um contra discurso, é inegável que uma profunda mutação vem-se processando também na produção do conhecimento científico.

Além da invisibilidade das mulheres na historiografia, passou-se a questionar também a forma misógina como as mulheres, quando representadas, eram descritas na historiografia. Haja vista que a simples menção às mulheres em trabalhos acadêmicos não findou com os problemas em relação a uma historiografia sexista e androcêntrica, já que muitas vezes, o que era duramente criticado pelas intelectuais feministas, acabava de alguma forma sendo reforçado no tratamento dado à atuação e identidades das mulheres na história. Não por acaso, algumas personagens foram descritas em trabalhos de forma estereotipada. Além disso, alguns estudos tendiam a relacionar a atuação das mulheres apenas ao ambiente doméstico, da intimidade, da sexualidade e da maternidade, restringindo suas atuações aos papéis de mãe, esposa (NAVARRO-SWAIN, 2006).

Um exemplo de como a historiografia, mesmo se voltando para a visibilidade das mulheres, pôde ainda produzir mais problemas é mencionado por Padro (2004), no livro “América Latina: no século XIX”, onde analisa como algumas personagens femininas, conhecidas por lutarem em movimentos de independência dos Estados da América Latina, eram representadas em panfletos revolucionários e, depois, como foram descritas por biógrafos interessados na construção de uma memória nacional. A forma que elas foram descritas ajudou a cristalizar ideias estereotipadas da participação feminina nas insurreições. A crítica da autora não foi apenas a respeito da falta de reconhecimento à presença e atuação femininas, mas ao modo como elas foram caracterizadas. Muitas personagens históricas caíram no problema da reprodução de estereótipos: viraram santas ou tiveram suas atuações diminuídas como auxiliares de figuras masculinas. Até mesmo as motivações que levaram essas mulheres a guerrear eram naturalizadas, reduzidas ou explicadas por atitudes consideradas “tipicamente femininas”. Dentre essas mulheres famosas, que sofreram com esse tipo de historiografia androcêntrica, tem-se a brasileira Maria Quitéria que, embora tenha sido uma personagem histórica extremamente importante, não teve seu nome evidenciado como o de outros personagens masculinos na memória nacional. Como escreve Prado (2000, p. 46),

Suas ações respondiam apenas aos apelos do coração. Este é outro ponto importante. Nas biografias, as mulheres eram sempre tomadas por um sentimento de paixão que as empurrava para as trilhas da insurreição. Não apareciam como seres dotados de razão, fazendo uma escolha racional, depois de um balanço cuidadoso das partes. Assim, Maria Quitéria “ardia de amor pela pátria”; a chilena Luisa Recabárren teve oportunidade de “dar e conhecer os admiráveis dotes de seu coração”; a mexicana Rita Pérez de Moreno, “matrona que era um anjo de caridade” teve “seu coração posto à prova” pelos sofrimentos e desenganos. Arrebatadas por fortes sentimentos, tornaram-se insurgentes.

Essa forma de se escrever a história das mulheres, baseada em concepções de gênero binárias e hierárquicas, tidas como naturais e universais, apenas faz com que os estereótipos sejam reforçados, promovendo uma violência simbólica contra as mulheres, já que lhes nega a pluralidade das formas de atuação e existência históricas. Segundo Muniz (2010), isso também é fruto de uma tentativa de escrita das mulheres não reflexiva que apenas se preocupa em descrever personagens femininas, sem problematizar e desnaturalizar as fontes históricas.

Além de todo o cuidado que deve-se tomar na produção da história das mulheres, é preciso também considerar as especificidades e diferenças entre as mulheres em diversos

tempos e espaços porque o entendimento das experiências e subjetividades das mulheres passa também pela consideração das intersecções do gênero com a classe, raça, etnia, idade, religião, nacionalidade e orientação sexual dentre outros eixos de diferenciação que marcam a diversidade das mulheres (CRENSHAW, 2004, p. 9).

Com base nessas considerações em torno da escrita da história sobre mulheres, apresenta-se nesta monografia uma história da atuação da magistrada Maria Thereza de Andrade Braga Haynes, a primeira e única mulher a presidir o Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal (TRE-DF, 1986-1989) e o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT, 1988-1990). Buscou-se analisar, especialmente, a atuação da magistrada no TRE-DF porque a sua participação como presidente da corte eleitoral brasiliense ocorreu em dois momentos importantes da democracia brasileira: o recadastramento dos títulos eleitorais e a primeira eleição após o fim da Ditadura Civil-Militar no Brasil.

Maria Thereza de Andrade Braga Haynes conduziu as primeiras eleições diretas no Distrito Federal para o Senado e Câmara Federal, como presidente do TRE-DF em 1986. Assim, buscou-se, nesta monografia, revelar a importante participação da magistrada no comando dessa instituição, destacando o modo como sua dedicação e competência foram fundamentais para que sua passagem como presidente do TRE-DF não fosse lembrada apenas pelo seu pioneirismo feminino no comando da corte, visto que seu trabalho teve extrema importância para a reabertura dos trabalhos do TRE-DF como responsável por zelar pela lisura do processo eleitoral brasiliense.

Nesta pesquisa, utilizou-se fontes históricas provenientes do Centro de Memória Digital do TJDFT e do Centro de Memória do Tribunal Regional Eleitoral, onde a autora atuou como estagiária no período de 2015 a 2017. Utilizou-se, principalmente, fontes de um pequeno acervo documental, existente no TRE-DF, dedicado à trajetória de Maria Thereza de Andrade Braga Haynes, composto de matérias de jornais e revistas sobre o TRE-DF e sobre a magistrada, além de matérias a respeito do recadastramento e dos preparativos para a eleição que o Tribunal celebrou no dia 15 de novembro de 1986. Metodologicamente, essas fontes foram tratadas como indícios do real que trazem representações dos acontecimentos, pessoas e objetos do passado. Não se trata, portanto, de reflexos fieis do real, mas formas de produção de sentidos para o mundo (HALL, 2016).

Ao ser eleita como presidente do TRE-DF e do TJDFT, a atuação de Maria Thereza parece romper com o predomínio do domínio dos homens na presidência do sistema judiciário brasileiro. Nesse sentido, a história de sua atuação nessas instituições chama atenção, já que a presença das mulheres no comando de instituições políticas e governamentais no Brasil ainda é escassa, pouco estimulada e também pouco visibilizada na memória e na história.

Maria Thereza nasceu em 3 de outubro de 1939, na cidade de Visconde Rio Branco, em Minas Gerais. Filha do Desembargador Antônio Pedro Braga, foi casada com Donald Haynes. Sua trajetória escolar teve início na capital de seu estado natal, no Colégio Nossa Senhora de Sion. Após concluir a etapa da educação básica, começou sua vida acadêmica na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), onde destacou-se ao receber o prêmio Francisco Brant, dado aos melhores alunos do curso de Direito Judiciário Penal. Seus estudos de pós-graduação ocorreram na Universidade Técnica de Lisboa e no Instituto de Ciências Sociais e Aplicadas e Políticas Ultramarinas em Portugal. Além disso, fez doutorado na UFMG. Em 1961, deu início à sua vida profissional no Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais (TREM-G), onde atuou até 1973. Em 1974, foi nomeada Juíza de Direito Substituta do TJDFT, após ser aprovada em 4º lugar no V Concurso para Magistratura do DF. Por seu tempo de serviço, foi promovida a juíza de direito da 5ª Vara Cível de Brasília, em 4 de janeiro de 1977, depois foi removida para a 2ª Vara de Família, Órfãos e Sucessões, a partir de 22 de março de 1977. Logo após todo seu trabalho como juíza, foi promovida por merecimento a desembargadora do TJFD-T, em 1º de julho de 1980. Entre 1984 e 1986, foi eleita corregedora da Justiça do Distrito Federal e Territórios. Em 1986, foi eleita vice-presidente e corregedora do TRE-DF, mas nesse mesmo ano acabou sendo finalmente eleita presidente do TRE-DF para o biênio 1986/88. Depois disso, foi eleita também presidente do TJDFT para o biênio 1988/1990.

A Desembargadora coordenava a comissão organizadora das comemorações dos 50 anos da Justiça do DF, festejada neste ano de 2010. Integrava ainda a comissão responsável pelo Programa Memória do TJDFT, instituída pela Vice-Presidência do TJDFT em 2007, responsável pela preservação e difusão permanente da trajetória do Tribunal. Graças ao Programa, inúmeras ações foram desenvolvidas, entre elas a instalação do Espaço Histórico Cultural do TJDFT e o Centro de Memória Digital da Justiça do DF, um espaço virtual onde podem ser assistidas inúmeras entrevistas realizadas pela própria Des. Maria Thereza. (BRASIL, 2010a).

Ao longo de sua carreira, participou de vários eventos¹ e recebeu diversos títulos², medalhas³, homenagens e honrarias⁴. Ela se aposentou como desembargadora em 1991 e veio a falecer em 29 de outubro de 2010 (BRASIL, [2013?]).

Esta monografia está dividida em dois capítulos: o primeiro trata da história e do contexto do TRE-DF e do TJDFT antes da chegada de Maria Thereza. Essa contextualização tem como objetivo entender o funcionamento e a importância dessas instituições, bem como o cenário histórico de atuação da magistrada; o segundo capítulo dedica-se à atuação da magistrada, destacando a sua participação no processo de informatização do TRE-DF e na primeira eleição (1986) que a Justiça Eleitoral brasileira celebrou após um período antidemocrático da história brasileira. Os dois processos foram importantes na trajetória do TRE-DF: o primeiro por tornar o processo eleitoral o mais transparente possível e o segundo por “reiniciar” os trabalhos de eleições diretas.

Com este estudo, almeja-se contribuir na visibilidade da atuação política das mulheres em instituições governamentais brasileiras. A história da atuação de Maria Thereza na presidência do TRE-DF configura-se como uma “[...] história do possível [...]” (NAVARRO-SWAIN, 2014, p. 613), por trazer à tona as relações de uma mulher com o poder público e governamental na história do Brasil, especialmente em uma instituição que

¹ “Designada para integrar a Comissão de Jurisprudência, incumbida da redação e edição da Revista de Doutrina e Jurisprudência do TJDFT, em 1982. Designada para integrar a Comissão de Regimento Interno do TJDFT, em 1983. Conduziu as primeiras eleições diretas no Distrito Federal após a ditadura militar, como Presidente do TRE-DF, em 1986. Designada para integrar a Comissão de Implantação do Conselho Gestor do Programa Memória do Tribunal, em 2007. Portaria VPR 30 de 25 de junho de 2007. Designada para integrar a Comissão para julgar as propostas de logomarca dos 50 anos do TJDFT. Portaria GPR 1188 de 7 de outubro de 2009”. (BRASIL, [2013?]).

² “Prêmio Francisco Brant pela UFMG – Melhor aluna de Direito Judiciário Penal. Ordem do Mérito Brasília no grau de Grande-Oficial, em 21/04/1987. Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho – Classe de Grande Oficial, em 11/08/1988. Ordem do Mérito Aeronáutico, no grau de Comendador, em 05/09/1988. [...] Mérito Policial Civil Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, em 09/03/1990. [...] Comenda da Ordem do Mérito Judiciário do Distrito Federal e dos Territórios no grau de Grã Cruz, conforme Portaria da OMJDFT 1 de 20 de março de 2001” (BRASIL, [2013?]).

³ “Medalha do Mérito Judiciário do Estado do Acre, em 12/01/1989. [...] Medalha do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal – Imperador D. Pedro II. Medalha da Associação Nacional dos Juizes de Paz. [...] Medalha do Mérito Eleitoral conferida pelo Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal – Classe de Jurista, em 26/09/2001” (BRASIL, [2013?]).

⁴ “Homenageada, *in memoriam*, para o Espaço Literário do Tribunal de Justiça. Aprovação por unanimidade para designar o seu nome ao Espaço Literário pelo Conselho Especial do TJDFT, durante a 13ª Sessão Extraordinária, realizada em 14 de agosto de 2012. Homenageada pelo TJDFT com a designação de seu nome para o Fórum da Circunscrição Judiciária do Guará, conforme Portaria GPR 1690 de 5/12/2013” (BRASIL, [2013?]).

desde os 1960 contou com apenas uma mulher na sua presidência. Ela foi a primeira desembargadora, corregedora e, até o ano de 2017, a única mulher presidente do TJDFT. A memória da participação de Maria Thereza é fundamental para o rompimento e desnaturalização de representações históricas estereotipadas e essencialistas que construíram as mulheres como sujeitos incapazes de atuação política, jurídica e exercício da liderança ou presidência de instituições governamentais no Brasil.

2. DAS INSTITUIÇÕES JURÍDICAS DE ATUAÇÃO DE MARIA THEREZA DE ANDRADE BRAGA HAYNES

Até a chegada de Maria Thereza de Andrade Braga Haynes na presidência do TRE-DF e do TJDFT, tais instituições podiam, e ainda podem, ser consideradas lugares onde a atuação das mulheres nos altos postos sempre foi desigual e menos privilegiada em relação à atuação dos homens. Abaixo, apresenta-se os magistrados que passaram pelas presidências do TRE-DF (QUADRO 1) e do TJDFT (QUADRO 2) ao longo do tempo. A desproporção da quantidade de homens e mulheres é nítida e revela a desigualdade de gênero presente nos dois tribunais.

Quadro 1 – Ex-presidentes do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal – TRE-DF

MAGISTRADO	BIÊNIO
Desembargador João Henrique Braune	1960/1962
Desembargador João Henrique Braune	1962/1963
Desembargador Joaquim de Souza Neto	1964/1966
Desembargador Hugo Auler	1966/1968
Desembargador Raimundo Ferreira de Macedo	1968/1968
Desembargador José Júlio Leal Fagundes	1968/1970
Desembargador José Fernandes de Andrade	1970/1972
Desembargador Lúcio Batista Arantes	1972/1974
Desembargador Mário Dante Guerrera	1974/1975

Desembargador Cândido Colombo Cerqueira	1975/1976
Desembargador Juscelino José Ribeiro	1976/1978
Desembargador Helládio Toledo Monteiro	1978/1979
Desembargador Jorge Duarte de Azevedo	1979/1980
Desembargador Antonio Honório Pires de Oliveira Júnior	01.01.81/18.10.81
Desembargador Luiz Vicente Cernicchiaro	1981/1983
Desembargador Luiz Vicente Cernicchiaro	1983/1984
Desembargador Geraldo Irenêo Joffily	16.05.84/25.07.84
Desembargador Eduardo Andrade Ribeiro de Oliveira	1984/1985
Desembargador Elmano Cavalcanti de Farias	1985/1986
Desembargadora Maria Thereza de Andrade Braga Haynes	1986/1988
Desembargador Valtênio Mendes Cardoso	1988/1990
Desembargador José Manoel Coelho	1990/1992
Desembargador Luiz Cláudio de Almeida Abreu	09.04.92/28.06.92
Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves	1992/1994
Desembargador Natanael Caetano Fernandes	1994/1996
Desembargador Edmundo Minervino	1996/1998
Desembargador José Jerônimo Bezerra de Souza	1998/2000
Desembargador Asdrúbal Zola Vasquez Cruxên	2000/2002
Desembargador Lécio Resende da Silva	2002/2004
Desembargador Nívio Geraldo Gonçalves	2004/2006
Desembargador Otávio Augusto Barbosa	2006/2008
Desembargador Estevam Carlos Lima Maia	2008
Desembargador Dácio Vieira	2008/2010
Desembargador João de Assis Mariosi	2010/2012
Desembargador Mario Machado Vieira Netto	2012/2014
Desembargador Romão Cícero Oliveira	2014/2016

Fonte: BRASIL, [2016?b], grifo nosso.

Quadro 2 – Ex-presidentes do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios – TJDF

MAGISTRADO	BIÊNIO
Desembargador Hugo Auler	1960/1962
Desembargador Cândido Colombo Cerqueira	1962/1962
Desembargador Hugo Auler	1962/1964
Desembargador Márcio Ribeiro	1964/1966
Desembargador Joaquim de Sousa Neto	1966/1968
Desembargador Joaquim de Sousa Neto	1968/1969
Desembargador Raimundo Ferreira de Macedo	1969/1970
Desembargador José Colombo de Souza	1970/1972
Desembargador Candido Colombo Cerqueira	1972/1974
Desembargador Milton Sebastião Barbosa	1974/1976
Desembargador Lúcio Batista Arantes	1976/1978
Desembargador José Júlio Leal Fagundes	1978/1980
Desembargador José Fernandes de Andrade	1980/1981
Desembargador Juscelino José Ribeiro	1981/1982
Desembargador Helládio Toledo Monteiro	1982/1984
Desembargador Antônio Honório de O. Junior	1984/1986
Desembargador Luiz Vicente Carnichiaro	1986/1988
Desembargadora Maria Thereza de Andrade Braga Haynes	1988/1990
Desembargador Valtênio Mendes Cardoso	1990/1992
Desembargador José Manoel Coelho	1992/1992
Desembargador Luis Claudio de A Abreu	1992/1994
Desembargador João Carneiro de Ulhôa	1994/1996
Desembargador Carlos Augusto Machado Faria	1996/1998
Desembargador Hermenegildo F. Gonçalves	1998/2000
Desembargador Edmundo Minervino Dias	2000/2002
Desembargador Natanael Caetano Fernandes	2002/2004
Desembargador José Jeronymo B. de Souza	2004/2006

Desembargador Lécio Resende da Silva	2006/2008
Desembargador Nívio Geraldo Gonçalves	2008/2010
Desembargador Otávio Augusto	2010/2012
Desembargador João de Assis Mariosi	2012/2013
Desembargador Dácio Vieira	2013/2014
Desembargador Getúlio de Moraes Oliveira	2014/2016
Desembargador Mário Machado	2016/2018

Fonte: BRASIL, [2017?], grifo nosso.

2.1. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios

Segundo o doutor em Direito Aluísio Gonçalves de Castro Mendes, a estrutura dos Tribunais de Justiça, no Brasil, tem origem no Brasil Colônia. A primeira instituição que se tem registro é o Tribunal de Relação criado em 1609, em Salvador, à época, capital do Brasil (MENDES, 2005, p. 3). Séculos mais tarde, com a transferência da capital para o Planalto Central, em 12 de abril de 1960, foi sancionada a lei que regulamentava a organização Judiciária do Distrito Federal, a Lei n. 3.754, de 14 de abril de 1960, que normatizava o poder judiciário da nova sede governamental do país (BRASIL, 1960). A partir dessa lei, organizaram-se o Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal (TRE-DF) e o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT).

A lei de organização judiciária brasileira passou por algumas modificações no texto. No caso do TJDFT, o número de varas, cartórios e juízes aumentaram. Com a alteração de 1974 na Lei n. 3.754/60, por exemplo, foram criadas outras varas de competência e aumentaram o número de circunscrições, inclusive fora do Distrito Federal, como foram o caso das criadas no Amapá, Rondônia e Roraima. Os primeiros desembargadores do TJDFT foram os magistrados Hugo Auler, João Henrique Braune, Cândido Colombo Cerqueira e Márcio Ribeiro (BRASIL, ©2012b).

O TJDFT faz parte do poder judiciário brasileiro; sua missão é “proporcionar à sociedade do Distrito Federal e dos Territórios o acesso à justiça e a resolução dos conflitos,

por meio de um atendimento de qualidade, promovendo a paz social” e tem como valores a “imparcialidade, ética, celeridade, credibilidade e transparência” (BRASIL, ©2012a). Além de contar com os fóruns e a sede, em Brasília, os serviços do TJDFT estão à disposição da população nas Regiões Administrativas do DF.

Em outubro de 1960, o TJDFT realizou o I Concurso para Juiz de Direito Substituto. Ao longo de sua história, o TJDFT fez mais de 40 Concursos de Magistratura. Por meio do V Concurso da Magistratura, realizado em 1972, foi que Maria Thereza de Andrade Braga Haynes ingressou no TJDFT. Antes de sua entrada nessas instituições, outra mulher já havia passado em uma seleção anterior: Maria Carmem Henrique Ribeiro de Oliveira foi a primeira mulher a ingressar na magistratura do TJDFT, aprovada no II Concurso para a magistratura (BRASIL, 2013b).

Alguns anos antes de Maria Thereza e Maria Carmem ingressarem no TJDFT, a primeira magistrada brasileira foi Thereza Grisólia Tang que, aos 32 anos de idade, em 1954, assumiu o cargo de juíza substituta da 12ª Circunscrição Judiciária, com sede em Criciúma, no Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Assim como Maria Thereza de Andrade Braga Haynes, Thereza Grisólia Tang foi pioneira em vários outros cargos em seu estado, como Corregedora Geral da Justiça, em 1985, e presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, em 1986 (BRASIL, [2016?a]). Já no mesmo ano em que Maria Thereza presidiu o TRE-DF, Grisólia atuou como presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina em 1989 (BRASIL, 2013a).

Embora a desigualdade de gênero seja visível nas composições de magistrados no TJDFT, nunca existiu um impedimento explícito para que as mulheres não pudessem participar dos concursos para magistratura. Essa baixa participação não é exclusiva dos tribunais brasilienses, já que em tribunais de outros estados é possível ver essa falta de atuação das mulheres na presidência dessas instituições. Segundo Melo, Nastari e Massula (2005) sobre a Participação de Mulheres na Magistratura (considerações parciais de 1999 a 2004), considerando a amostragem do Estado de São Paulo, esse problema pode estar relacionado à forma como os candidatos são selecionados para as vagas de magistratura. Em São Paulo – foco do estudo –, somente em 1980, os concursos para a magistratura coibiram a identificação dos candidatos durante o processo seletivo. Segundo os autores da pesquisa, essa

prática de identificação dos candidatos abria brechas para possíveis discriminações das mulheres. Um fator que tornava problemática a entrada de mulheres na magistratura diz respeito às vagas por indicação, o que podia tornar praticamente impossível a entrada de uma mulher; não por falta de competência, mas por crenças em relação a capacidade das mulheres em estarem à frente dos cargos de autoridade, como os de magistratura. Outro ponto diz respeito à questão da antiguidade ou tempo de serviço, fator que era considerado nas eleições para magistraturas. Diante disso, como era possível que as mulheres fossem indicadas por antiguidade nas magistraturas se a primeira mulher a exercer a advocacia e a ingressar na Ordem dos Advogados do Brasil (antes chamada Instituto de Ordem dos Advogados do Brasil) apenas conseguiu de fato exercer a sua profissão a partir de 1906? Trata-se de Myrthes Gomes de Campos, nascida no Estado do Rio de Janeiro, em 1875, formada em Direito, em 1898, que com todas as barreiras encontradas para advogar, somente em 1906 conseguiu associar-se ao Instituto de Ordem dos Advogados do Brasil (atual Ordem dos Advogados do Brasil) (BRASIL, [200-?]).

É plausível pensar que mesmo na falta de um impedimento legal para que mulheres fossem selecionadas em concursos de magistratura, não eram coibidas possíveis discriminações durante a avaliação dos candidatos. O que talvez possa explicar a falta de mulheres à frente de tribunais como o TJDF.

Maria Thereza ingressou no TJDF através da aprovação no V Concurso de Magistratura do TJDF, trabalhou na 5ª Vara Cível de Brasília, em 4 de janeiro de 1977, 2ª Vara de Família, Órfãos e Sucessões foi Desembargadora do TJDF. Entre 1984 e 1986, foi eleita Corregedora da Justiça do Distrito Federal e Territórios. Depois do término de sua presidência no TRE-DF, voltou ao TJDF onde foi presidente no biênio de 1988/1990, e aposentou-se na mesma instituição, em 1991. Alguns anos mais tarde, foi responsável por organizar o Memorial Des. Lila Pimenta – outra magistrada que passou pelo quadro do TJDF – juntamente com uma equipe de servidores. Logo após o memorial ficar pronto, Maria Thereza de Andrade Braga Haynes veio a falecer.

2.2. Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal

TRE-DF foi criado graças à Lei n. 3.754/60. O caminho para se chegar ao TRE-DF foi longo. Iniciou-se com a primeira eleição durante a colonização portuguesa do Brasil. A primeira eleição que se tem registro, ocorreu na Vila de São Vicente, em 23 de janeiro de 1532 (BRASIL, 2014). Ao longo do tempo, com a organização do Brasil, as eleições, bem como suas regras, se atualizaram. No Brasil Império, com a Constituição de 1824, havia uma série de restrições quanto aos que podiam votar e ser votados.

Segundo o texto da Constituinte de 1824, estavam aptos ao processo eleitoral um público extremamente restrito, para pleitear elegibilidade era preciso ser do sexo masculino e ter uma renda específica. Além das restrições ao público votante e elegível, as eleições não diplomavam representantes diretos, porém, os eleitores da província que eram responsáveis por escolher os deputados e senadores da Assembleia Geral e os membros dos Conselhos Gerais das Províncias. A apuração de votos era realizada por meio da mesa paroquial (BRASIL, 1824).

Já no Brasil República, o sistema eleitoral passou por algumas mudanças. Em 1932, criou-se o primeiro Código Eleitoral Brasileiro. Esse Código já apresentava muitas mudanças no processo eleitoral, como a explicitação da não distinção de sexo para o eleitorado e a instituição da Justiça Eleitoral que devia organizar-se em um Tribunal Superior, na capital da República; um Tribunal Regional, na capital de cada Estado; no Distrito Federal e na sede do Governo do Território do Acre, além de juízes eleitorais nas comarcas, distritos ou termos judiciários (BRASIL, 1932).

Deve-se ressaltar que, apenas em 1932, as mulheres conquistaram direito de voto no Brasil, o que passou a contribuir no ingresso das mulheres nas instituições políticas e jurídicas governamentais. Segundo Marques (2016), a conquista do voto feminino no Brasil se deu por meio das lutas feministas. Bertha Lutz e outras mulheres criaram, em 1922, a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. Esta Federação foi de extrema importância, já que os desdobramentos de sua criação e a luta de Bertha Lutz pela igualdade contribuíram para que as mulheres passassem a ter direito ao voto no Brasil.

Ainda hoje, as mulheres amargam com pouca representatividade na vida pública (GANDRA, 2017). Embora o número de mulheres no eleitorado seja superior, isso não se reflete no número de representantes eleitas nas diversas esferas da política brasileira (IBGE, ©2017). Com a baixa participação das mulheres na política, algumas leis foram criadas para que o número de mulheres na vida pública, exercendo cargos de poder, fosse tão expressivo quanto o eleitorado: a Lei n. 9.504, de 30 de setembro de 1997, Lei das Eleições, determinava que ao menos 30% das vagas de cada partido ou coligação deveriam ser preenchidas por mulheres. A Lei n. 12.034, de 29 de setembro de 2009, determina que os recursos arrecadados com fundo partidário sejam aplicados na manutenção da participação de mulheres com o percentual de no mínimo 5%. Um pouco antes destas leis, em meio ao um cenário de desigualdade de gênero presente no Judiciário e também de luta de mulheres para alcançar lugares de poder, em 1986, a magistrada Maria Thereza de Andrade Braga Haynes assume a presidência do TRE-DF.

É importante entender a relação entre o TJDFT e o TRE-DF, já que a magistrada não fazia parte do quadro do TRE-DF, mas mesmo assim se tornou presidente da corte eleitoral. Isso se explica porque, segundo a Constituição de 1967, válida à época, “o Tribunal Regional Eleitoral elegerá presidente um dos dois desembargadores do Tribunal de Justiça, cabendo ao outro a Vice-Presidência” (BRASIL, 1967).

Deste modo, os presidentes do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal são provenientes do Tribunal de Justiça, por isso a magistrada Maria Thereza se tornou presidente do TRE-DF, mesmo inicialmente fazendo parte do quadro do TJDFT. Segundo o Regimento interno, de 1973, do TRE-DF, eram essas algumas das competências do presidente do Tribunal: exercer poder de polícia na sessão do tribunal; assinar as atas das sessões, depois de aprovadas; admitir e encaminhar ao Tribunal Superior Eleitoral os recursos interpostos das decisões do tribunal; representar o tribunal, admitida delegação a outro Juiz, quando se tratar de solenidade; determinar a remessa aos Juízes Eleitorais de todo o material necessário à realização das eleições; aprovar e encaminhar ao Tribunal Superior Eleitoral a proposta orçamentária anual; emitir parecer e encaminhar as Prestações de Contas ao Tribunal Superior Eleitoral (BRASIL, 1973). Antes da entrada de Maria Thereza de Andrade Braga Haynes na

presidência, dezessete homens passaram pelo comando do TRE-DF, todos notáveis magistrados (BRASIL, 2010b).

A presidência de Maria Thereza no TRE-DF foi marcada por várias mudanças no cenário brasileiro. Eventualmente, a maior contribuição da magistrada em sua vida profissional foi a de organizar uma instituição, em menos de dois meses, para a realização de uma eleição; assunto que será abordado no próximo capítulo.

3. DA PRESIDÊNCIA DE MARIA THEREZA NO TRE-DF

3.1. Notícias da eleição para presidente da instituição

A atuação de Maria Thereza de Andrade Braga Haynes no TRE-DF pode ser investigada também por meio de publicações de jornais e revistas da época que trataram de sua entrada na instituição, até os desdobramentos de sua atuação como presidente do TRE-DF durante as eleições de 1986. Segundo Espig (1998), as fontes jornalísticas constituem um recurso bastante utilizado pelos historiadores, principalmente, no que diz respeito aos eventos que tiveram uma grande cobertura da imprensa. Ao discutir a utilização da fonte jornalística no trabalho histórico, Espig aponta os cuidados que é preciso ao utilizar tal fonte. É importante considerar que o jornal pode ser uma boa fonte de informação, por ser uma publicação periódica. Deste modo, pode servir como uma espécie de narrativa impressa do objeto em questão. Porém, Espig alerta para os problemas que podem envolver a utilização dessas fontes em um trabalho de cunho historiográfico, dado o caráter ideológico dos jornais, pois constroem representações dos acontecimentos que se baseiam em concepções, valores e interesses particulares. Nesse sentido, é preciso ter cautela na leitura e análise dos jornais, de modo a considerar as suas condições de produção.

O Regimento Interno do TRE- DF, de 1973, determinava que o “presidente do Tribunal será eleito entre os dois desembargadores, mediante votação secreta, cabendo ao outro a Vice-presidência e a Corregedoria Regional” (BRASIL, 1973). Assim, em 1986, a

magistrada mineira Maria Thereza é eleita presidente do TRE- DF, se tornando a primeira mulher a presidir um Tribunal no Brasil. Alguns jornais já apontavam para a sua vitória nas eleições para presidência da Corte Eleitoral. O Jornal de Brasília (DÉCÁLOGO, 1986, p. 3) já previa a sua vitória e mencionava a importância disso nas lutas pela emancipação profissional das mulheres no Brasil.

Todos os indicadores apontam numa mesma direção: Brasília poderá ter uma mulher à frente do Tribunal Regional Eleitoral, em novembro, quando se realiza as primeiras eleições de sua história. A juíza Maria Tereza Braga, atual vice-presidente, é a mais cotada entre todos os candidatos, para assumir a presidência do TRE. Essa probabilidade está em alta. [...] O fato, se confirmado, mais que um reconhecimento à competência da doutora Maria Tereza, refletirá um passo decisivo na luta das mulheres por sua emancipação profissional. (DECÁLOGO, 1986, p. 3).

O jornal “A Vanguarda de Brasília – A voz do empresário” também já antecipava a escolha de Maria Thereza, antes mesmo do resultado, já destacava a competência da Magistrada. Na edição n. 938 a magistrada foi escolhida “Mulher destaque”, em meio a exemplos de mulheres excepcionais como “mulher gerente”, “mulher contabilista” e “mulher empresária”.

Nascida em Visconde do Rio Branco, MG. Formada em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais. Pós-graduada no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas Ultramarine, do Ministério do Ultramar, em Lisboa. Em 1974 prestou concurso e foi nomeada para o cargo de Juíza da 2ª Vara de Família do Distrito Federal. Em julho de 1980 ascendeu ao Tribunal de Justiça, escolhida em lista tríplice elaborada pelo Tribunal, por merecimento. Vem ocupando nos dois últimos anos o cargo de Corregedora da Justiça do Distrito Federal e Territórios, sendo a primeira mulher no Brasil a ocupar este cargo. (DIA, 1986, p. 1).

Após a escolha de Maria Thereza para a presidência, os jornais fizeram questão de noticiar o fato e, assim, sua estreia como presidente do TRE-DF não passou despercebida. O Jornal do Brasil publicou, após o resultado da eleição, a seguinte manchete: “Uma mulher comanda a eleição de Brasília” (1986), destacando que na época a magistrada teria pela frente o desafio de cuidar de uma eleição parlamentar. Alguns trechos da matéria exaltam o processo pelo qual a magistrada foi submetida até sua chegada à presidência e também o seu pioneirismo e o desafio de presidir uma eleição.

As primeiras eleições parlamentares de Brasília serão dirigidas por uma mulher: a desembargadora Maria Thereza de Andrade Braga foi confirmada, ontem por seis votos a um, na presidência do Tribunal Regional Eleitoral (TRE), ficando o desembargador José Manoel Coelho na vice-presidência e corregedoria da Justiça Eleitoral do Distrito Federal, para mandato de dois anos. [...] A nova presidente do Tribunal Regional Eleitoral, Maria Thereza Braga, em poucas palavras, disse estar consciente do gigantesco trabalho reservado à Justiça Eleitoral, até e após a eleições constituintes de 15 de novembro próximo. Contando com 80 funcionários e sete juízes, o TRE prepara as primeiras eleições de Brasília, julgando os feitos eleitorais com isenção. (UMA MULHER..., 1986).

Além do desafio de ser a primeira mulher a comandar a corte eleitoral brasiliense, a atuação dessa magistrada ocorreu em um período de profundas mudanças para a história política e eleitoral brasileira e brasiliense. No âmbito político, o Brasil estava saindo da Ditadura Civil-Militar, em que muitos eleitores não chegaram a ter contanto com um pleito eleitoral, já que durante esse período o TRE-DF não realizou eleições. Maria Thereza, em uma entrevista concedida ao Jornal Correio Brasiliense, em 19 de outubro de 1986, confidenciou que havia votado apenas uma vez na vida, em uma eleição em Minas Gerais, em 1960 (PRESIDENTE..., 1986). No contexto brasiliense, essas mudanças foram icônicas visto que, pela primeira vez, o eleitor, da jovem capital, elegeria os representantes do legislativo federal.

A presidência de Maria Thereza foi desafiadora, já que tinha que lidar com diversas e novas funções atribuídas ao Tribunal. Na época, vários jornais destacavam a atuação da magistrada nos preparativos para a realização da eleição. Um dos assuntos em que a imprensa se debruçou foi a respeito da propaganda eleitoral daquele período como, por exemplo, a permissão ou não dos outdoors na propaganda partidária. Segundo matéria do Correio do Brasil,

O Tribunal Regional Eleitoral pode rever a decisão dos juízes eleitorais de retirar todos os out-doors ou ratificá-la. Precisamos examinar a questão e, no momento, ainda não poso adiantar nenhuma posição. Amanhã (hoje) soltaremos uma nota oficial sobre o assunto” disse ontem, a presidente interina do TRE, desembargadora Maria Thereza Braga. Sem querer se aprofundar nos comentários, a presidente do Tribunal Regional Eleitoral fez questão de deixar claro em seu primeiro contato com a imprensa, ao conceder uma entrevista coletiva, “que buscamos a total normalidade no processo eleitoral, quando Brasília votará pela primeira vez em candidatos próprios, Por isto, apreciamos todas as matérias com o maior critério”. Fugindo da análise do caso dos “out-doors”, que começaram a ser retirados

antes da notificação oficial aos partidos e que se ontem foi expedida, Maria Thereza Braga salientou que pretende “abrir as portas do TRE para a imprensa e, sempre que possível fornecerá as informações” (O TRIBUNAL, 1986, p. 9).

3.2. A eleição de 1986

Segundo a edição de 7 de setembro de 1986, do Correio Braziliense, o TRE-DF enfrentava o problema da falta de recursos e pouco pessoal capacitado para realizar uma eleição, desse modo contava com muitos problemas. Essa edição do Correio Braziliense destacou o grande trabalho empreendido pelo tribunal para que a eleição de 1986 fosse bem sucedida.

Os prazos são exíguos e a situação precária do TRE, que conta apenas com cerca de 80 funcionários efetivos, somados ao fato de Brasília estar elegendo pela primeira vez seus representantes no Congresso, agravava o quadro. O Tribunal Eleitoral, que até então coadjuvava eleições, montando postos de votação para que eleitores de fora votassem aqui em candidatos de seus estados, passou a ter que organizar uma estrutura gigantesca, para atender aos 259 candidatos e aos cerca de 730 mil eleitores do DF. Toda a precariedade ficou evidente durante o processo de recadastramento eleitoral. Foi preciso muito trabalho para que Brasília fechasse seus números primeiro do que qualquer outra Unidade da Federação. Muita gente se surpreendeu. (SITUAÇÃO..., 1986).

Além de todo o empenho com a proximidade das eleições, a magistrada organizou a entrega dos títulos eleitorais, já que o seu biênio de atuação coincidiu também com a entrega do título eleitoral fruto do recadastramento de eleitores. Em 20 de dezembro de 1985, com a Lei n. 7.444, de 20 de dezembro de 1985, foi determinada a implementação do processamento eletrônico de dados no alistamento eleitoral e recadastramento eleitoral. Com isso, deu-se início à informatização da Justiça Eleitoral brasileira. Próximo às eleições, em setembro de 1986, o TRE-DF realizou a entrega dos títulos de eleitor aos eleitores brasilienses. Segundo o TSE, cerca de 70 milhões de eleitores brasileiros foram recadastrados (BRASIL, 2015). A imprensa da época exaltava o empenho de Maria Thereza em fazer a distribuição dos títulos para que os eleitores não fossem prejudicados. A distribuição dos títulos foi acompanhada de perto pela magistrada. De acordo com o Jornal de Brasília:

A presidente do TRE fez questão de ressaltar que os funcionários estão habilitados para resolver qualquer tipo de problema ou dúvidas do eleitorado. Solicitou ao eleitor brasileiro, “que tenha calma e ordem nestes primeiros dias de distribuição” lembrando que o cadastramento eleitoral “que se encerra com a entrega dos títulos representa um alicerce indispensável no processo político do País”. Na sua opinião, a nova identidade eleitoral acaba definitivamente com as fraudes que eram comuns nas eleições. Com a medida, acrescentou, “acabaremos definitivamente com os eleitores fantasmas, que votaram mais de uma vez em cada pleito”. (COMEÇA...,1986).

O empenho em tornar a entrega dos títulos mais eficiente, fez com que Maria Thereza se certificasse de que o TRE-DF estivesse entregando os títulos com rapidez e comodidade ao eleitor brasileiro. Ela foi a primeira pessoa a receber o título de eleitor no DF, ao comparecer no posto da Rodoviária do Plano Piloto, às 8 horas. Como afirma o Jornal de Brasília:

No primeiro dia de entrega, foram registrados alguns casos de títulos que não constam na relação. Esta situação, explicou a desembargadora, não era prevista pelos juízes eleitorais. “Segundo estimativas do Serpro, existem aproximadamente, 4 mil casos de documentos irregulares. Mas as pessoas que tiverem qualquer problema devem se dirigir ao Juiz da zona eleitoral para regularizar a situação” Acrescentou que o tempo gasto para a entrega do título é muito pequeno. “Se houver fila a espera será no máximo de 15 minutos”. Na minha opinião da presidente do TRE, esse é um fator importante para que os eleitores não adiem o comparecimento aos postos e, às vésperas de eleição, não existia um grande número de documentos para serem entregues. (TRE INICIA..., 1986, p. 8).

Próximo às eleições, em 19 de outubro de 1986, Maria Thereza concedeu uma entrevista ao jornalista Afonso Cazzolino para o Caderno Eleições do jornal Correio Brasiliense. Dentre as várias preocupações para a realização do pleito, estava o receio de não conseguir realizar as eleições, já que ela havia tomado posse no cargo de presidente do TRE-DF apenas dois meses antes. Essa preocupação fez com que a magistrada se dedicasse integralmente à preparação do TRE-DF para o grande evento, trabalhando a partir das 4h da madrugada até as 23h, e ainda acumulando o cargo de desembargadora do TJDF. Neste sentido, a magistrada teve de encarar um enorme desafio no cargo de presidente do TRE-DF. No entanto, manteve uma postura e atuação política bastante segura diante da sociedade, especialmente da imprensa da época, já que havia uma grande expectativa em torno dessa primeira eleição do DF. Assim disse a magistrada:

Bem, trabalho muito, como todos os outros. Estou acumulando minhas funções no Tribunal de Justiça com as do Tribunal Eleitoral. Entretanto, julgo os processos urgentes apenas, pois o serviço eleitoral não pode ser sacrificado. Precisa ser feito, e muito bem feito. (CAZZOLINO, 1986, p. 7).

O trabalho de organização de Maria Thereza se destacava no sentido de se preocupar com a viabilidade da eleição. Nos diversos trechos da sua entrevista ao *Correio Braziliense*, dedicado a eleição de 1986, é visível a preocupação com o bom andamento do pleito. Palavras da magistrada na época:

Todo o material necessário para a realização do pleito – desde urnas e canetas – está sendo providenciado pela comissão de material, que conta com grande e decisivo apoio do GDF. A comissão de segurança providenciará policiamento no dia das eleições e nos dias seguintes, tanto para os eleitores, quanto para as urnas, seções e locais de apuração. Participarão desse sistema de segurança a Polícia Federal, a Polícia Militar, a Polícia Civil, a secretaria de segurança e o Corpo de Bombeiros. Está previsto, ainda, um sistema de ligação através de rádio, entre todas as seções do TRE. (TUDO..., 1986).

E menciona o seu receio de não dar conta da realização, mas como se preocupou em tornar a eleição bem organizada e o mais transparente possível.

Houve momentos em que eu fiquei um pouco aflita, temendo a falta de estrutura, tempo e pessoal adequado para suportar a tarefa. Entretanto, vivendo o dia-a-dia, verifiquei que o calendário eleitoral, apesar de ser apertado, é sábio. Quer dizer, pautando as nossas ações pelo calendário, contando com a colaboração inestimável, com a boa vontade total do GDF, a disponibilidade total dos juízes, do pessoal requisitado, dos nossos funcionários, vi que, realmente, dia-a-dia, a tarefa estava sendo cumprida e, no meu modesto pensar, bem cumprida. (TUDO..., 1986).

As eleições ocorreram e o Distrito Federal foi a primeira unidade da federação a divulgar os resultados. A imprensa elogiou bastante a atuação da presidente do Tribunal. As principais notícias destacavam a rapidez e a competência de como todo o pleito eleitoral foi realizado. Assim, um trecho do jornal *Correio Braziliense* demonstra a importância dessa eleição para a população na época:

Na rodoviária, uma montanha de cartazes, folhetos e panfletos se apresentava como que para lembrar aos distraídos que vivíamos um “15 de novembro” histórico. Muita gente depositava, pela primeira vez, seu voto na urna. O fotógrafo Luís Marques, do *Correio Braziliense*, ficou tão emocionado, que emprestou sua câmara à esposa, fotógrafa amadora, “para que registrasse o histórico momento”. (CAETANO, 1986, p. 20).

Segundo o TSE, as eleições de 1986 contaram com 733.112 eleitores que foram às urnas para elegerem os representantes do legislativo no DF que participariam da Assembleia Nacional Constituinte para a elaboração da Constituição de 1988 (BRASIL, 2015; [201-?]). Essa eleição foi bastante representativa, não somente para o eleitorado brasiliense, mas também por destacar a atuação de Maria Thereza na presidência no TRE-DF.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A chegada de Maria Thereza de Andrade Braga Haynes à presidência do TJDF e do TRE-DF foi extremamente importante, considerando-se a escassa atuação das mulheres no Judiciário brasileiro. O pioneirismo dessa magistrada é bastante relevante no campo da história das mulheres, pois permite desnaturalizar uma série de concepções acerca do protagonismo e comando das mulheres nas instituições jurídicas. Deste modo, sua atuação inaugura um marco, em razão de ter sido a primeira magistrada do TRE-DF e responsável por organizar uma das mais importantes eleições, a de 1986, em pouco tempo hábil.

Ainda na segunda década do século XXI, a presença de mulheres nas instituições jurídicas governamentais é bem tímida, não por ausência de competência das mulheres, mas por concepções enraizadas socialmente sobre a capacidade das mulheres, o que ainda impede que um quantitativo maior de mulheres ingresse em lugares e postos de poder. As mulheres ainda são pouco estimuladas a seguirem carreira nessas instituições. Por isso, é de extrema importância que histórias como a de Maria Thereza de Andrade Haynes sejam contadas pela historiografia, para que horizontes possíveis se abram para a atuação política das mulheres no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BLOCH, Marc Leopold Benjamin. **Apologia da História, ou, O ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002. 159 p. ISBN 9788571106093.

BORGES, Vavy Pacheco. Grandezas e misérias da biografia. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2005. 203-233 p. ISBN 8572442979.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Constituintes**. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, [201-?]. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/constituintes>. Acesso em: 16 jun. 2017.

BRASIL. Casa Civil. Lei nº 3.754, de 14 de abril de 1960. Dispõe sobre a Organização Judiciária do Distrito Federal de Brasília, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18 abr. 1960. Seção 1, p. 7258. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L3754.htm>. Acesso em: 16 jun. 2017.

BRASIL. Constituição de 1967. Constituição do Brasil decretada e promulgada pelo Congresso Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 24 jan. 1967. Seção 1, p. 953. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm>. Acesso em: 16 jun. 2017.

BRASIL. **Constituição Política do Império do Brasil, de 25 de março de 1824**. Constituição Política do Império do Brasil, elaborada por um Conselho de Estado e outorgada pelo Imperador D. Pedro I, em 25 de março de 1824. Carta de Lei de 25 de Março de 1824. Manda observar a Constituição Política do Império, oferecida e jurada por Sua Magestade o Imperador. Rio de Janeiro, RJ: Secretaria de Estado dos Negocios do Império do Brasil, Tip. Nacional, 1824. Liv. 4º de Leis, Alvarás e Cartas Imperiaes, fls. 17. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm>. Acesso em: 16 jun. 2017.

BRASIL. Decreto nº 21.076, de 24 de fevereiro de 1932. Decreta o Código Eleitoral. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 fev. 1932. Seção 1, p. 3385. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21076-24-fevereiro-1932-507583-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 16 jun. 2017.

BRASIL. Lei nº 12.034, de 29 de setembro de 2009. Lei da Minirreforma Eleitoral. Altera as Leis nºs 9.096, de 19 de setembro de 1995 - Lei dos Partidos Políticos, 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, e 4.737, de 15 de julho de 1965 - Código Eleitoral. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 30 set. 2009. Seção 1, p. 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/112034.htm>. Acesso em: 16 jun. 2017.

BRASIL. Lei nº 7.444, de 20 de dezembro de 1985. Lei do Processamento Eletrônico do Eleitorado. Dispõe sobre a implantação do processamento eletrônico de dados no alistamento eleitoral e a revisão do eleitorado e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília,

DF, 23 dez. 1985. Seção 1, p. 18860. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1980-1988/L7444.htm>. Acesso em: 16 jun. 2017.

BRASIL. Lei nº 9.100, de 29 de setembro de 1995. Estabelece normas para a realização das eleições municipais de 3 de outubro de 1996, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2 out. 1995. Seção 1, p. 15333. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9100.htm>. Acesso em: 16 jun. 2017.

BRASIL. Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997. Lei das Eleições. Estabelece normas para as eleições. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1º out. 1997. Seção 1, p. 21801. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9504.htm>. Acesso em: 16 jun. 2017.

BRASIL. Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro. Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro – TJRJ. **Myrthes Gomes de Campos**: primeira mulher a exercer a advocacia no Brasil. Rio de Janeiro: Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, [200-?]. Disponível em: <<http://www.tjrj.jus.br/web/guest/institucional/museu/curiosidades/no-bau/myrthes-gomes-campos>>. Acesso em: 16 jun. 2017.

BRASIL. Tribunal de Justiça de Santa Catarina – TJSC. **Galeria de presidentes**: Thereza Grisólia Tang. Santa Catarina: Tribunal de Justiça de Santa Catarina, 2013a. Disponível em: <https://www.flickr.com/photos/tjsc_oficial/14090019740/in/album-72157644447801197/>. Acesso em: 16 jun. 2017.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Distrito Federal – TJDF. **Desembargadora Maria Thereza de Andrade Braga Haynes**. Brasília: JusBrasil, [2013?]. Disponível em: <<http://www.tjdft.jus.br/institucional/centro-de-memoria-digital/biografias/25MariaTherezaABHaynes.pdf>>. Acesso em: 16 jun. 2017.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Distrito Federal – TJDF. **Galeria de presidentes**. Brasília: JusBrasil, [2017?]. Disponível em: <<http://www.tjdft.jus.br/institucional/presidencia/galeria-dos-presidentes>>. Acesso em: 16 jun. 2017.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Distrito Federal – TJDF. **Institucional**. Brasília: JusBrasil, ©2012a. Disponível em: <<https://www.tjdft.jus.br/institucional>>. Acesso em: 16 jun. 2017.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios – TJDT. **Trajetória em Brasília**: Distrito Federal. Brasília: JusBrasil, ©2012b. Disponível em: <<http://www.tjdft.jus.br/institucional/centro-de-memoria-digital/historico/brasil/trajetoria-em-brasil-distrito-federal>>. Acesso em: 16 jun. 2017.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios – TJDT. **Morre desembargadora Maria Thereza de Andrade Braga**. Brasília: JusBrasil, 2010a. Disponível em: <<https://tj-df.jusbrasil.com.br/noticias/2443987/morre-desembargadora-maria-thereza-de-andrade-braga>>. Acesso em: 16 jun. 2017.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios – TJDT. **Histórico dos**

concursos da magistratura do TJDF: 1960 - 2014. Brasília, DF: TJDF, Sugra, 2013b. 142 p., fots. (Série memória TJDF).

BRASIL. Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina – TRE-SC. **Galeria de presidentes**. Santa Catarina: Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, [2016?a]. Disponível em: <<http://www.tre-sc.jus.br/site/institucional/centro-de-memoria/galeria-de-presidentes/index.html>>. Acesso em: 16 jun. 2017.

BRASIL. Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal – TRE-DF. **Galeria de presidentes**. Brasília: Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal, [2016?b]. Disponível em: <<http://www.tre-df.jus.br/institucional/conheca-o-tre-df/galeria-de-ex-presidentes/galeria-de-ex-presidentes>>. Acesso em: 16 jun. 2017.

BRASIL. Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal – TRE-DF. **Regimento interno**. Brasília, DF: Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal, 1973.

BRASIL. Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal – TRE-DF. **TREDF 50 anos**. Brasília, DF: TREDF, 2010b. 155 p., il. Disponível em: <<http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-df-revista-tre-df-50-anos>>. Acesso em: 16 jun. 2017.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Brasília 55 anos**: história de grandes conquistas eleitorais. Brasília, DF: Tribunal Superior Eleitoral, 2015. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2015/Abril/brasilia-55-anos-historia-de-grandes-conquistas-eleitorais>>. Acesso em: 16 jun. 2017.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Eleições no Brasil**: uma história de 500 anos. Brasília: Tribunal Superior Eleitoral, 2014. 99 p., il. ISBN: 978-858661191-9. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/hotsites/catalogo-publicacoes/pdf/tse-eleicoes-no-brasil-uma-historia-de-500-anos-2014.pdf>>. Acesso em: 16 jun. 2017.

CAETANO, Maria do Rosário. No 15 de novembro, o clima foi de Finados. **Correio Braziliense**, Brasília, DF, 16 nov. 1986. p. 20. ISSN 1808-2661.

CAZZOLINO, Afonso. Thereza garante: tudo pronto para Brasília votar. **Correio Braziliense**, Brasília, DF, 19 out. 1986. Caderno Eleições, p. 7. ISSN 1808-2661.

COMEÇA amanhã entrega de novo título. **Jornal de Brasília**, Brasília, DF, 1º out. 1986.

CRENSHAW, Kimberle W. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. In: VV.AA. **Cruzamento**: raça e gênero. Brasília: Unifem, 2004. p. 7- 16. Disponível em: <<http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/09/Kimberle-Crenshaw.pdf>>. Acesso em: 16 jun. 2017.

DECÁLOGO. **Jornal de Brasília**, Brasília, DF, 7 ago. 1986. p. 3.

DIA Nacional da Mulher terá painel de debates. **Vanguarda de Brasília**: a voz do

empresário, Brasília, DF, ano XX, n. 938, 29 abr./1º maio 1986. p. 1.

ESPIG, Janete Márcia. O uso da fonte jornalística no trabalho historiográfico: o caso Contestado. **Estudos Ibero-Americanos**, PUCRS, v. 24, n. 2, p. 269-289, dez. 1998. ISSN 1980-864X. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/27266/15561>>. Acesso em: 16 jun. 2017.

GANDRA, Alana. **Brasil ocupa 115º lugar em ranking de mulheres na política**. Brasília: Agência Brasil, 2017. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2017-03/brasil-ocupa-115o-lugar-em-ranking-de-mulheres-na-politica>>. Acesso em: 16 jun. 2017.

HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: PUC-Rio, Apicuri, 2016. 264 p. ISBN 9788583170488.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **População: distribuição da população por sexo**. [S.l.]: IBGE, ©2017. Disponível em: <<http://brasilensintese.ibge.gov.br/populacao/distribuicao-da-populacao-por-sexo.html>>. Acesso em: 16 jun. 2017.

MELO, Mônica de; NASTARI, Marcelo; MASSULA, Letícia (Org.). **A participação da mulher na magistratura brasileira**. [S.l.]: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2005. 16 p. Disponível em: <http://www.spm.gov.br/assuntos/poder-e-participacao-politica/referencias/genero-e-poder-judiciario/a_participacao_da_mulher_na.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2017.

MENDES, Aluísio Gonçalves de Castro. O Poder Judiciário no Brasil. In: COLÓQUIO ADMINISTRACIÓN DE JUSTICIA EN IBEROAMÉRICA Y SISTEMAS JUDICIALES COMPARADOS. 2005, Cidade do México. **Anais...** México: Universidad Nacional Autónoma de México – UNAM, Suprema Corte de Justicia de la Nación, 2005. 55 p. Disponível em: <<http://www.ajuferrjes.org.br/PDF/Poderjudiciariobrasil.pdf>>. Acesso em: 16 jun. 2017.

MUNIZ, Diva do Couto Gontijo. Mulheres na historiografia brasileira: práticas de silêncio e de inclusão diferenciada. In: STEVENS, Cristina M. T.; BRASIL, Katia Cristina Tarouquella Rodrigues; ZANELLO, Valeska (Coord.). **Gênero e feminismos: convergências (in)disciplinares**. Brasília: Ex Libris, 2010. p. 65-78. ISBN 8590287653.

NAVARRO-SWAIN, Tania. Histórias feministas, história do possível. In: STEVENS, Cristina; OLIVEIRA, Susane Rodrigues de; ZANELLO, Valeska (Org.). **Estudos feministas e de gênero: articulações e perspectivas**. Santa Catarina: Editora Mulheres, 2014. p. 613-620. ISBN 978-85-8047-056-7. Disponível em: <https://professorasoraiaamendes.files.wordpress.com/2014/08/2ee9da_e10f81157da84b8f881635643ba9400d.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2017.

_____. Os limites discursivos da história: imposição de sentidos. **Labrys: Revista de Estudos Feministas**, Brasília, DF, n. 9, 2006. Disponível em:

<<http://www.unb.br/ih/his/gefem/labrys9/libre/anahita.htm>>. Acesso em: 16 jun. 2017.

O TRIBUNAL... **Correio do Brasil**, Brasília, Brasília, DF, 1986. p. 9.

PADRO, Maria Ligia Coelho. **América Latina no século XIX**: tramas, telas e textos. São Paulo: EdUSP, 2004. 228 p. (Ensaio latino-americanos; 4). ISBN 8531405149.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História**, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 77-98, 2005. ISSN 1980-4369. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-90742005000100004>>. Acesso em: 16 jun. 2017.

PERROT, Michelle. Escrever uma história das mulheres: relato de uma experiência. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 4, p. 9-28, 1995. ISSN 1809-4449.

PRESIDENTE do TRE madruga para enfrentar problemas. **Correio Braziliense**, Brasília, DF, 19 out. 1986. ISSN 1808-2661.

RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. In: PEDRO, Joana Maria; GROSSI, Miriam Pillar; RAGO, Margareth. **Masculino, feminino, plural**. Florianópolis, SC: Ed. Mulheres, 1998. p. 21-24. ISBN 9788586501050.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e realidade**. Porto Alegre, RS: UFRGS, v. 20, n. 2, dez. 1995, p.71-99. ISSN 2175-6236. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>>. Acesso em: 16 jun. 2017.

SITUAÇÃO do TRE para as eleições é precária. **Correio Braziliense**, Brasília, DF, 7 set. 1986. ISSN 1808-2661.

TRE INICIA entrega de títulos sem tumultos. **Correio Braziliense**, Brasília, DF, 3 out. 1986. Caderno Política, p. 8. ISSN 1808-2661.

TUDO pronto para Brasília votar. **Correio Braziliense**, Brasília, DF, 19 out. 1986. ISSN 1808-2661.

UMA MULHER comanda eleição de Brasília. **Jornal de Brasília**, Brasília, DF, 1986.

DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

“Eu, **Leomara Oliveira Silva**, declaro para todos os efeitos que o trabalho de conclusão de curso intitulado **A ATUAÇÃO DE MARIA THEREZA DE ANDRADE BRAGA HAYNES NA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO DISTRITO FEDERAL (1986-1988)** foi integralmente por mim redigido e que assinalei devidamente todas as referências a textos, ideias e interpretações de outros autores. Declaro ainda que o trabalho nunca foi apresentado a outro departamento e/ou universidade para fins de obtenção de grau acadêmico.”

Leomara Oliveira Silva